

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR

A C T A

-----Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e sete, realizou-se na sede da Freguesia de Rio Maior, na sala de reuniões sita na Rua Professor Manuel José Ferreira, em Rio Maior, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Rio Maior sob a presidência do Senhor José António Miguel Frazão.-----

-----Quando eram vinte horas e cinquenta e cinco minutos foi feita a chamada, estando presentes à sessão os Senhores: -----

-----Cristina Maria Carrilho Ferreira Seco, Carla Manuela das Neves Madeira,, Paulo José Henriques Gomes, António José Ricardo Martins Silva, Vítor João Aguiar Fernandes Correia, Estela Filomena Rocha Van Zeller, Nuno Ferreira Lucas e João Narciso Verde da Costa .-----

-----**FALTAS:**-----

-----Faltaram à reunião os Senhores: Luís Alberto Morais Frutuoso, Ricardo Filipe Costa e Cidália Santos Aguiar e Manuel Henriques Ferreira.-----

-----Os Senhores Luís Alberto Morais Frutuoso, Ricardo Filipe Costa e Cidália Santos Aguiar, foram substituídos respectivamente por: João Luís Colaço Canadas, Paulo Domingos Gomes Costa e Paulo Alexandre Ribeiro Cardoso.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**-----

-----Foi apresentada a justificação da falta à sessão de vinte e seis de Abril de dois mil e sete do Senhor Nuno Ferreira Lucas.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR**-----

-----O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, solicitou que se votasse a acta da sessão anterior. -----

-----A acta da sessão anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Nuno Ferreira Lucas e Paulo Alexandre Ribeiro Cardoso. -----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, informou a Assembleia, nos termos da alínea o) do n.º 1, do artigo 17.º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que o total de disponibilidades da Freguesia de Rio Maior, em 31 de Maio de 2007, era de € 47.003,53.-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PERIODO DE ESCLARECIMENTO**-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA**-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Referiu que na sessão anterior da Assembleia de Freguesia, tinha sido acordado que os documentos da Assembleia passariam a ser enviados a todos os elementos por correio electrónico. Os serviços constataram que alguns dos elementos ainda não tinham entregue o seu endereço por isso solicitou que o fizessem. Explicou que por esse motivo os documentos ainda foram enviados em suporte de papel.-----

-----**SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Desejou boa noite a todos, pediu desculpa por ter faltado a duas sessões da Assembleia consecutivas, e explicou que essas faltas foram dadas por motivos profissionais inadiáveis. -----

-----**SENHOR PAULO DOMINGOS GOMES COSTA**-----

-----Deu conhecimento à Assembleia de Freguesia que faz parte da Associação de Pais da Escola das Marinhas do Sal. Que a Associação tem um projecto, o ATL para o primeiro ciclo. Que o ATL está a funcionar em duas salas cedidas pelo Conselho Executivo, em que os alunos têm aulas na mesma sala onde funciona o ATL. Que a Associação propôs à Câmara Municipal o aluguer ou a compra de um contentor, que era o meio mais económico para o seu funcionamento, dado que a escola não tem salas suficientes porque tem turmas a mais. Acrescentou que a escola foi projectada para vinte e quatro turmas e presentemente funciona com trinta e uma e cada vez o

espaço é mais reduzido. Também têm conhecimento que a escola tem necessidade de uma sala para o funcionamento do ensino especial. -----

-----Os pais precisam de deixar as crianças na escola até às dezanove horas. A escola responsabiliza-se pela crianças até às dezassete horas e trinta minutos e das dezassete horas e trinta minutos até às dezanove horas é a Associação de Pais, que criou o ATL.-----

-----O arquitecto Rui Martins da Câmara Municipal foi à escola falar com o Conselho Executivo e encontraram o espaço para fazer as salas do ATL. O arquitecto deu a ideia de construir as salas em alvenaria, em vez de se comprarem contentores. Estão a aguardar pela decisão da Câmara Municipal.-----

-----O ATL é uma actividade de tempos livres e jogos, após o horário escolar e não devia funcionar dentro da sala de aulas. Explicou que fizeram um clube de xadrez, um clube de matemática etc. que também poderia ser chamado de clube de actividades. Que funciona com cerca de quarenta crianças e três auxiliares, dentro da mesma sala , sem condições.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Disse que conhece os problemas existentes nas escolas, porque também foi Presidente da Associação de Pais da Escola Fernando Casimiro durante oito anos. As escolas foram dimensionadas para um determinado número de alunos e presentemente os alunos estão a aumentar e as salas de aulas não são suficientes. Por um lado este factor é positivo, porque é sinal que o Concelho de Rio Maior está a aumentar. Disse que há duas formas de se resolver o problema: ou se aumenta o número de salas ou se faz a transferência dos alunos mais velhos para a Escola Secundária, o que já se está a verificar. Trata-se da qualidade do ensino, que é a pedra basilar na vida de uma pessoa. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Congratulou-se com o executivo, pelo esforço conseguido na realização da feira do livro, que foi uma grande iniciativa levada a cabo pela Freguesia de Rio Maior.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----PONTO NÚMERO UM-----

-----APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, RELATIVA À ACTIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR, NOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2007.-----

-----A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, deu conhecimento da actividade da Junta de Freguesia dos meses de Abril Maio e Junho de 2007:-----

-----MÊS DE ABRIL DE 2007-----

-----Reunião com o Presidente da Cooperativa de Produtores de Sal, com o Vereador Sr., Manuel Brites e com o Senhor Engenheiro Ricardo, sobre as obras de recuperação dos acessos e zona envolvente às Marinhas do Sal; -----

-----Constituição do Parlamento da Juventude, Biénio 2007 – 2009- Por indicação da Junta de Freguesia de Rio Maior, Francisco Daniel Frazão Soares e Nelson José dos Santos Fernandes; -----

-----“Feira do Livro” - Contactos efectuados com as principais Editoras a solicitar condições de participação na realização deste evento a ocorrer em 1, 2 e 3 de Junho;

-----“Passeio às Terras do Sal sem Mar” reunião com Clube de Automóveis Antigos da Costa Azul (CAACA), para a realização de um passeio de automóveis antigos (clássicos) no nosso concelho, que contará com a presença dos associados do clube e de todos os interessados do nosso concelho que sejam proprietários de automóveis antigos. Este passeio terá a organização a cargo da CAACA e o apoio logístico a cargo da Junta de Freguesia. -----

-----TRABALHOS A DECORRER NO EXTERIOR: -----

-----No âmbito do protocolo com o Centro de Saúde, limpeza, poda de árvores e arranjo do espaço ajardinado do Centro de Saúde; -----

-----Trabalho de limpeza de bermas e valetas com o tractor e corta silvas na estrada da Senta, Cumeira de Cima e Venda da Costa. -----

-----MÊS DE MAIO DE 2007-----

-----“Passeio às Terras do Sal sem Mar” – Fichas de inscrição e patrocínios, sendo que os respectivos recibos serão emitidos pelo Clube de Automóveis Antigos da Costa Azul; -----

-----Reunião da Protecção Civil – Fogos Florestais com as Juntas de Freguesia, Comandantes dos Bombeiros Municipais, Vereador do pelouro e Engenheiro Ricardo; -----

-----Simulacro Municipal – Diagnóstico e identificação do risco em caso de incêndio com corte geral de electricidade durante 6 horas; -----

-----Dia Europeu dos Mineiros – Convite da Sibelco para visita às instalações e zona de extracção das areias; -----

-----Reunião dos presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho com a Comissão de Protecção de Jovens e Crianças em risco – análise de situações e informações; -----

-----Reunião com a Direcção de Estradas de Portugal, sobre bolsas de viragem em Casal da Fisga e Casalinho, sobre a reclamação dos moradores e proprietários. A média de circulação rodoviária no referido troço é de 9.831 veículos dia, sendo 30% pesados. -----

-----TRABALHOS A DECORRER NO EXTERIOR: -----

-----Trabalho de limpeza de ruas, caminhos e zona envolvente à capela e edifício da Associação de Quintas (preparação para a Festa anual do lugar);

-----Limpeza com tractor e corta silvas nos caminhos e estrada entre Boiças e Quintas;

-----Inicio da Limpeza do 1º andar do estaleiro para colocar o arquivo da Junta de Freguesia que se encontrava no edifício da Escola do Alto do Pina;

-----Passagem do arquivo da Junta de Freguesia da antiga Escola do Alto Pina para o Armazém; -----

-----Limpeza da antiga escola do Alto Pina. -----

-----MÊS DE JUNHO DE 2007-----

-----Reunião com a Direcção de Estradas de Portugal, moradores e proprietários do Casal da Fisga e Câmara Municipal, deslocação ao local das bolsas de viragem em

Casal da Fisga e Casalinho para análise das alternativas e possível correcção dos acessos às propriedades e residências ali localizadas. -----

-----Reunião do núcleo executivo do Conselho Local de Acção Social (CLAS). -----

-----Plenário da Rede Social – Conselho Local da Acção Social, sobre a proposta de adaptação do regulamento interno do CLAS de Rio Maior; Proposta de adesão de novas entidades do CLAS de Rio Maior; Eleição do novo executivo do CLAS de Rio Maior – Biénio 2007/2009; Constituição de grupos de trabalhos temáticos. Tendo sido eleito as seguintes entidades: Santa Casa da Misericórdia, Bombeiros Voluntários de Rio Maior, Centro de Saúde, Segurança Social, Escola Profissional e Junta de Freguesia de Rio Maior. E sem ser sujeito a eleição Câmara Municipal de Rio Maior.

-----TRABALHOS A DECORRER NO EXTERIOR: -----

-----Limpeza de bermas e valetas com o tractor corta silvas em Abuxanas, Vale de Óbidos, Alto da Serra e Fonte da Bica;-----

-----Limpeza das valetas de cimento, em Abuxanas.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, perguntou se sobre aquela questão alguém queria usar da palavra. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Disse que nas informações está mencionado uma reunião realizada com a Cooperativa dos Produtores de Sal, o Senhor Vereador Brites e o Senhor Engenheiro Ricardo nas Marinhas do Sal. Dado que a Senhora Presidente da Junta deu uma explicação muito concreta acerca das Salinas na última sessão da Assembleia de Freguesia, perguntou se havia algo mais a acrescentar. -----

-----Em relação às Estradas de Portugal questionou se a informação referida tem a ver com as duas últimas obras realizadas, e em caso afirmativo, lamenta que neste país continue a haver muito boa gente que destrói dinheiro em vez de produzir.-----

-----**SENHOR VITOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA** -----

-----Congratulou-se com a feira do livro e com o convite que lhe foi endereçado, que o executivo estava de parabéns por ter levado a efeito aquela iniciativa. Em relação ao

passeio dos automóveis antigos “Passeio às Terras do Sal Sem Mar”, também foi uma iniciativa extremamente importante para a divulgação do Concelho de Rio Maior e por todas as vantagens daí inerentes, porque quem visita Rio Maior, também fica a conhecer a gastronomia e o património cultural. Também são enriquecedores os contactos que resultam de uma organização do género. Uma palavra de apreço ao executivo pela realização destes dois eventos. -----

-----Em relação à reunião com as Estradas de Portugal e às bolsas de viragem para o Casalinho e Casal da Fisga perguntou quais as dificuldades que os proprietários apresentam.-----

-----**SENHOR PAULO JOSÉ HENRIQUES GOMES**-----

-----Em relação à feira do livro disse que subscrevia tudo o que tinha sido dito até ao momento.-----

-----Solicitou esclarecimento sobre a informação “ Simulacro Municipal – Diagnóstico e Identificação do risco em caso de incêndio com corte geral de electricidade durante seis horas”.-----

-----**A SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA**, respondeu às questões que lhe foram formuladas: -----

-----Começou por cumprimentar todos os elementos da Assembleia e de um modo especial o Senhor Paulo Domingos Gomes Costa, dado que era a primeira vez que estava presente nesta Assembleia e desejou-lhe votos de um bom trabalho. Também agradeceu a presença do Senhor João Luís Colaço Canadas e do Senhor Paulo Alexandre Ribeiro Cardoso.-----

-----**Projecto ATL na Escola da Marinhas do Sal**-----

-----Explicou que a Junta de Freguesia tem responsabilidades directas em relação ao primeiro ciclo e pré-primária, e que as competências se reportam exclusivamente a material de expediente e limpeza. Disse que iria analisar o projecto, no sentido da Junta de Freguesia poder colaborar para que o mesmo possa ser uma realidade. Sobre o aspecto pedagógico não é favorável o ATL e as aulas decorrerem na mesma sala. De

Inverno será mais complicado a realização de actividades extracurriculares porque estão confinados àquele espaço, embora de Verão seja um pouco mais fácil porque as poderão realizar ao ar livre.-----

-----**Feira do livro e passeio de automóveis antigos**-----

-----A feira do livro foi proposta pelo executivo, e realizada pela primeira vez pela Junta de Freguesia. Contudo existem questões que têm de ser melhoradas, que é com experiência que vão aprendendo e melhorando. Não foi difícil organizar a feira do livro, mas foi muito trabalhoso: na contabilização dos livros antes da feira, no apuramento dos livros vendidos, porque vêm à consignação, e na embalagem e envio dos mesmos. A feira coincidiu com o Dia Mundial da Criança e com outras actividades que a Câmara Municipal realizou no jardim e acabou por correr muito bem. -----

-----Agradeceu à Câmara Municipal a cedência do espaço no Jardim Municipal, quer para a feira do livro, quer para o estacionamento do automóveis antigos e cedências das grades que serviram para delimitar o espaço onde os automóveis antigos estacionaram, para que pudessem estar todos juntos e assim dar uma maior dimensão à presença dos mesmos. -----

-----Foi interessante verificar a quantidade de pessoas que se deslocaram para apreciar aquelas relíquias antigas.-----

-----**Reunião nas Marinhas do Sal**-----

-----Explicou que efectivamente a actividade da Junta de Freguesia, no mês de Abril, está toda nesta informação. Como a anterior sessão da Assembleia de Freguesia se realizou no fim do mês de Abril, há aqui uma duplicação de informação. De facto não há nada de novo, à excepção de um orçamento para melhoramento da zona envolvente às Salinas e um compromisso por parte de Câmara Municipal na comparticipação dos custos das obras. -----

-----**Reunião com a Direcção de Estradas de Portugal**-----

-----Em relação às bolsas de viragem para o Casal da fiska e Casalinho, deu

conhecimento que as pessoas e os comerciantes reclamam, porque por exemplo no sentido Rio Maior-Benedita existe uma serração de pedra à esquerda e os clientes com camiões que aí queiram entrar não podem, porque o traço é contínuo, o mesmo acontece no sentido Benedita-Rio Maior e precisa de entrar para a empresa Rio-Peças. ----- Houve uma reunião nas Estradas de Portugal em Santarém, onde esteve presente a Vereadora Cristina e o Engenheiro Gonçalves da Câmara Municipal, a Presidente da Junta de Freguesia e alguns moradores, a fim de se apresentar ao Director de Estradas de Portugal a questão. Agendou-se uma outra reunião, para a semana seguinte no local. Compareceram as mesmas pessoas, fizeram o percurso a pé desde o café Fiska até à Rio-Peças, a fim de se analisar a razão da existência de alguns riscos descontínuos, que permitem virar à esquerda em locais essenciais e noutros o risco é contínuo não dando a possibilidade de virar e para o fazem têm de andar um longo percurso. A explicação dada, foi a falta de visibilidade e a segurança, não se tratando de questões de conveniência.-----

----- Assim, numa primeira fase serão colocados riscos descontínuos onde a estrada o permitir fazer com segurança. O Senhor Engenheiro Gonçalves propôs a construção de rotundas, que será muito dispendioso, e as Estradas de Portugal não parecem estar muito receptivas a estas obras.-----

----- **Simulacro Municipal** -----

----- Explicou que foi realizada uma reunião com todos os Presidentes das Junta de Freguesia, o Senhor Vereador Brites, a Protecção Civil, o Senhor Engenheiro Ricardo e o Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, com o objectivo de obterem o contacto de todos os Presidentes das Juntas, ou os seus substitutos, para que em caso de incêndio possam colaborar com todos os meios que dispõem. -----

----- No dia seguinte recebeu um telefonema do Senhor Engenheiro Ricardo a perguntar se em caso de se verificar um incêndio de grandes proporções, em que a energia eléctrica seria cortada por um período de seis horas, quais as instituições e os equipamentos sociais onde teriam que intervir urgentemente. Respondeu que

deveriam ser a Escola Secundária, que também funciona de noite, o Centro de Saúde e os Lares da Terceira Idade.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Disse que na sua opinião se deveriam fazer mais exercícios desta natureza.-----

-----**SENHOR PAULO ALEXANDRE RIBEIRO CARDOSO**-----

-----Esclareceu que o que efectivamente se passou não se pode chamar de simulacro, porque não passou de um procedimento da Coordenação da Autoridade Nacional de Protecção Civil, extensível a todas as regiões de Portugal, em articulação com todos os gabinetes municipais de protecção civil e não passou de um exercício virtual, porque não havia mobilização nem de meios humanos, nem materiais ou de qualquer tipo de equipamento. De facto esteve sempre no segredo dos deuses em termos de organização e de estratégia operacional. O que se pretendeu foi testar os gabinetes municipais de protecção civil face a determinado tipo de ocorrência e o que foi seleccionado para o Concelho de Rio Maior foi a falta de energia, que supostamente iria durar seis horas. Correu bem virtualmente em termos estratégicos, se fosse no terreno corria pessimamente mal, porque o plano de protecção civil municipal, está dentro da gaveta. -----

-----**SENHOR VITOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA**-----

-----No que respeita às obras das bolsas de viragem em Casal da Fisga e Casalinho apenas pretendeu fazer uma pequena correcção em relação às palavras da Senhora Presidente. Esta obra não tem nada a ver com o Município, trata-se de uma obra da responsabilidade da Direcção de Estradas de Santarém, que se prolongou no tempo por falta de verbas e com os cortes orçamentais verificados há cerca de três ou quatro anos inviabilizaram que a mesma se iniciasse mais cedo. -----

-----Em relação aos proprietários, pelo conhecimento que possuía houve um acordo entre todos de boa fé, no entanto reconhece que estas situações são desagradáveis para quem tem ali o seu negócio, mas por outro lado as condições de segurança não podem ser descoradas e de facto pode ser muito desagradável quando se vai dar a volta à

Benedita para voltar para o mesmo sitio, mas se se pensar nas vidas que se perderam há uns anos por erros humanos, será preferível fazer um sacrifício, andar mais um bocadinho para não pôr a vida em perigo .-----

-----**PONTO NÚMERO DOIS**-----

-----ARRENDAMENTO DA ESCOLA DO ALTO PINA-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, perguntou se sobre aquela questão alguém queria usar da palavra. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Saudou o executivo pela medida que encontrou, no sentido de dar uma solução razoável para o edifício da Escola do Alto Pina e assim rentabilizar o espaço e ao mesmo tempo fazer algum encaixe financeiro. Referiu que outras oportunidades houveram e outras medidas poderiam ter sido encontradas, no entanto esta pareceu-lhe justa, oportuna e a resolução que garante a manutenção da estrutura do edifício. ---

-----Passando concretamente para o contrato de arrendamento do edifício, chamou à atenção para a alínea c) que lhe pareceu de muito mau gosto, porque de certeza nenhum dos elementos presentes na Assembleia quererá que o edifício caia, ou se torne obsoleto, quer de certeza absoluta que seja requalificado e utilizado para bem da sociedade de hoje. Na referida alínea c) o executivo diz que o anterior não salvaguardou meios financeiros que permitissem a recuperação do edifício e está a chamar-lhe um nome que lhe parece muito injusto, porque o anterior executivo tinha toda a vontade em valorizar e requalificar o edifício. Gostaria de reservar alguns valores, para que o actual executivo pudesse trabalhar na requalificação da Escola do Alto Pina. Todos sabem o quanto foi difícil juntar todo o dinheiro para que poderem adquirir o edifício, não para contemplar a Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, que não se tratava de uma contemplação, mas definitivamente para resolver um problema, que se arrastava há alguns anos. Houve um esforço enormíssimo entre uma instituição que merece toda a dignidade, que são os Bombeiros e o anterior executivo, para que a compra da escola se pudesse concretizar.

-----Disse que só votava favoravelmente o contrato se a alínea c) fosse retirada do mesmo, porque todos querem o bem de Rio Maior e não pode admitir que algum dos presentes na Assembleia queira mais por Rio Maior que ele. -----

-----O actual executivo recebeu um trabalho feito e custeado pela Freguesia, que foi o trabalho de um arquitecto, que elaborou determinado projecto. Referiu que gostava de dizer outras coisas, como por exemplo: O projecto do actual executivo é magnífico. O colégio destina-se a uma classe mais abastada, quem não tiver meios financeiros para pôr lá as crianças e o pretenda fazer vai ter de empenhar os anéis. Compreende que a intenção do actual executiva é justa e digna, mas peca pela cláusula já referida, que se trata de uma aferroada e uma picadela a alguém que deu tudo o que tinha e o que não tinha em prol da Freguesia de Rio Maior. -----

-----**SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Referiu que fazia suas as palavras do Senhor João Narciso Verde da Costa. Disse que uma escola é um pouco como um indivíduo, que no fim de morto são sempre precisas quatro pessoas para o tirar de casa e a escola ensinou-nos e está sempre a ensinar, apesar de fisicamente desactivada. Afirmou que não veio às últimas sessões, e ficou um pouco surpreendido com o que leu no jornal sobre o arrendamento da escola. Não tinha conhecimento e ficou perplexo com os factos adquiridos e consumados, sem que tivesse havido qualquer comunicação ou qualquer consideração perante os elementos da Assembleia de Freguesia. Entende que a apreciação que se está a efectuar na Assembleia deveria ter sido em trinta e um de Maio. Achou tudo muito estranho e muito rápido e não lhe pareceu que tivesse havido uma transparência em todo este processo. -----

-----Saudou a pessoa que está em causa como segundo outorgante, embora não o conheça, porque deve ser uma pessoa de coragem e de iniciativa, Rio Maior precisa destas pessoas como esta para darem o exemplo. Não põe em causa a seriedade nem a vontade que ele tem para trabalhar. A forma como o processo foi conduzido é que deixa algumas situações no ar.-----

-----Num contrato entre duas pessoas põem-se cláusulas para um e outro cumprirem. Verificou que neste contrato existem considerandos que nunca imaginou existirem num contrato de arrendamento. Houve um grande capítulo a desvalorizar o bem que se está a arrendar. Verificou existir a licença de utilização número 12/2005, emitida em 23 de Abril de 2007, pela Câmara Municipal de Rio Maior. Verificou que é da responsabilidade do segundo outorgante a obtenção das licenças para a realização das obras e do primeiro, os encargos de tais licenciamentos e tudo isto lhe faz pensar duas vezes sobre este contrato, porque sabe as dificuldades que têm os particulares para obterem licenças de obras, vê no local as obras a andarem rapidamente, e ainda bem. Defende que efectivamente as obras têm de andar, mas gostava que houvesse um pouco de respeito e de coerência pelas pessoas que estão a investir na Freguesia, porque são muitas as dificuldades e a burocracia com que se deparam e a este Senhor aparece tudo de mão beijada. Porque razão é que tem de ser a Junta de Freguesia a tirar as licenças para um edifício que vai funcionar destinado a uma actividade por conta de uma entidade privada, perguntou. -----

-----**SENHOR VÍTOR JOÃO AGUIAR FERNANDES CORREIA** -----

-----Perguntou se o edifício da Escola do Alto Pina tem alguma classificação patrimonial, que obedeça a algumas regras de construção ou se há alguma legislação que obrigue a determinados procedimentos, dado que se trata de um edifício centenário. Se a escola tem uma classificação patrimonial na feitura do contrato esta situação deverá ficar acautelada. Uma vez que a Junta de Freguesia não tem meios para efectuar a requalificação do edifício, através deste contrato conseguiu que uma pessoa por sua conta se prontificasse a efectuá-la, mas talvez seja bom recordar que quando foi feita a aquisição da escola pelo anterior executivo, foi feita com a aprovação unânime quer do órgão executivo, quer do órgão deliberativo. Assim, se teve a aprovação unânime destes dois órgãos, pensa que por uma questão de princípio e porque mandam as boas regras da democracia, que se respeite o que foi feito em relação a esta matéria. Também é bom recordar, que o anterior executivo por bem ou

por mal, ao efectuar a aquisição da escola à Associação do Bombeiros Voluntários de Rio Maior enriqueceu o seu património, tinha ideia de fazer daquele local um Centro Cívico e a nova sede da Freguesia como chegou a ser publicamente publicitado, o que não foi possível. Não se deve duvidar que houve um executivo que adquiriu património, que vai fazer com que o actual tire alguns dividendos através do arrendamento, o que é de saudar. -----

-----Mas de facto a alínea c) do contrato de arrendamento é um bocadinho agressiva de mais, para estar aqui mencionada e deverá ser retirado ou então na alínea a) deverá acrescentar-se que o edifício foi adquirido pelo anterior executivo, caso esta duas situações não sejam revistas reserva-se em relação à votação. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA** -----

-----Referiu que o contrato já foi efectuado, é público e neste momento não é possível ser alterado. Não foi um procedimento fácil para o executivo, e ele como Presidente da Assembleia esteve ao corrente de todo o procedimento, existiram muitas reuniões entre o executivo e as pessoas que fazem parte da Sociedade do Colégio Alto Pina. De todas as soluções possíveis que poderiam ter sido tomadas, inclusivamente a venda da escola, para se adquirir um espaço contíguo a esta sede, para aumentar as instalações da sede da Freguesia, o executivo ponderou e optou pelo arrendamento. Na sua opinião dignificou-se o património, é inegável que foi adquirido pelo anterior executivo, contudo a degradação daquele imóvel avançava consideravelmente. Um Inverno mais rigoroso ou algumas situações climatéricas mais desfavoráveis, corria-se o risco de existirem problemas graves em termos de estrutura. Uma vez que não houve alienação de património e futuramente permite que a Junta de Freguesia possa dispor de um rendimento proveniente do arrendamento. Pensa que esta foi a melhor opção, dado que da forma como se encontrava não gerava qualquer mais valia para a Freguesia. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu às questões que lhe foram formuladas pelos Senhores:-----

-----**João Narciso verde da Costa**-----

-----Disse que a principal preocupação do executivo no momento não foi o encaixe financeiro como o Senhor João Narciso Verde da Costa referiu, mas sim a degradação do edifício. No Inverno de dois mil e cinco, os trabalhadores da Freguesia, andaram a colocar telha a fim de tentar isolar o telhado, para que não chovesse dentro da escola, dado o arquivo se encontrava lá arrumado e para que não se degradasse mais o próprio edifício. Mas no Inverno de dois mil e seis, não houve condições para fazer o quer que fosse, ou seja, os homens quando subiram ao telhado, onde punham um pé abriam um buraco. -----

-----O piso tinha uma caixa de ar de cerca de oitenta centímetros e os barrotes que iam de um lado ao outro da parede, quando se punha um pé esfarelavam-se todos. A madeira estava em tal ordem de degradação e humidade que não havia hipótese alguma de continuar naquele estado. Quando tiraram o telhado verificou-se a composição das paredes, que são de adobo que estavam completamente húmidas e necessitadas de obras urgentes. Deslocaram-se ao local profissionais, nomeadamente um arquitecto que confirmou que passados mais dois Invernos, o telhado começava por abater e acabaria por cair completamente. -----

-----Teve conhecimento do esforço efectuado pelo anterior executivo, para juntar o dinheiro para poder adquirir o edifício. Disse para a corrigirem se ela estivesse a dizer algum erro. Sabe que a Junta de Freguesia de Rio Maior recebeu um montante e a Junta de Freguesia de Alcobertas, pelo mesmo número de aero - geradores recebeu o dobro. Sabe que a Freguesia de Alcobertas constituiu a Assembleia de compartes e a Freguesia de Rio Maior não tendo inclusivamente apoio, por parte da empresa para disponibilizar técnicos para a respectiva constituição. Caso o tivesse feito, recebiam a verba a Freguesia de Rio Maior e a de Alcobertas e não o Município de Rio Maior, como aconteceu. Mas a Sabe que a Freguesia de Rio Maior recebeu cento e cinquenta mil contos e que a Escola do Alto Pina custou quarenta mil contos. Então a Câmara Municipal, deveria ter tido a coragem de a comprar directamente e a entregar à

Freguesia de Rio Maior.-----

-----O anterior executivo tinha a obrigação de salvaguardar uma verba para a recuperação do edifício. Não põe em causa a estratégia política que usou e os equipamentos que adquiriu, como uma retro, um camião, um dumper etc., para trabalhar ao serviço da Câmara Municipal, como se vai falar no ponto seguinte da ordem de trabalhos, quando nem delegação de competências há para dar utilidade a parte deste equipamento. -----

-----Quanto ao projecto efectuado pelo arquitecto Nuno Rocha, que esteve ao serviço da Junta de Freguesia, também já foi referido nesta Assembleia de Freguesia que a Junta efectuou uma candidatura para a construção da nova sede da Freguesia de Rio Maior, embora lhe tivessem chamado outro nome, como foi tornado público e que a mesma não foi aprovada.-----

-----Em relação à alínea c) do contrato de arrendamento, custa a aceitar que se diga que o anterior executivo não salvaguardou meios financeiros que permitissem a sua recuperação, mas é uma verdade e as verdades doem. Disse ao Senhor João Narciso Verde da Costa, que também ele já lhe tem dito algumas verdades, que também lhe doem e tem de as aceitar .-----

-----Quanto à classe social que poderá frequentar o colégio, explicou que há uma grande necessidade de estabelecimentos de ensino para crianças no concelho de Rio Maior. Há mães que inscrevem as crianças para frequentarem a creche, quando andam grávidas e algumas nunca chegam a frequentar a escola pré-primária porque não tem vagas. O colégio do Alto Pina independentemente da área que possa ter o berçário, apenas pode receber oito crianças no máximo, porque não é permitido por lei maior número. Este é o número de inscrições para este colégio e para outros que queiram abrir.-----

-----**Vitor João Aguiar Fernandes Correia** -----

-----Disse que em relação à alínea a) do contrato de arrendamento, informou que quando se fala em primeiro outorgante, é sempre a Freguesia de Rio Maior.-----

----Que o edifício não está classificado como património de interesse municipal. É uma Escola do Estado Novo, do plano dos centenários. Sempre ouviu dizer que a Junta de Freguesia tinha de manter a fachada principal quando recuperasse o edifício, mas isso não está escrito em lado nenhum. Mas ela será mantida. -----

-----**Nuno Ferreira Lucas**-----

----Informou que o contrato em questão não é um contrato comercial. Um contrato comercial não tem considerandos, trata-se de um contrato administrativo e por este facto nada impede que tenha considerandos. O facto de se poderem colocar estes considerandos é que deu alguma força e segurança para o realizar. Um contrato com muitos considerandos é por exemplo o contrato de arrendamento dos prédios rústicos da Serra dos Candeeiros, que a Câmara Municipal arrendou para instalar o Parque Eólico.-----

----Informou o Senhor Nuno Ferreira Lucas que não veio à última sessão da Assembleia de Freguesia, nem se preparou para esta, que o assunto foi discutido na última sessão e está em acta.-----

----Explicou que não se justifica que tenha afirmado que se tratava de factos consumados e pouco transparentes, quando o contrato foi publicitado na imprensa regional. A Junta de Freguesia solicitou parecer à Anafre e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para elaborar o contrato e foram estes pareceres que deram sustentabilidade à tomada de decisão. Explicou também que por se tratar de património do domínio privado da Freguesia apenas está sujeito à tomada de decisão do órgão executivo e que o facto de se discutir o assunto nesta sessão e na anterior significa exactamente que de modo algum se violou o princípio da transparência. O bem continua a ser propriedade da Freguesia de Rio Maior e o processo foi conduzido com toda a transparência, em muitas reuniões públicas e com o conhecimento de muitas entidades exteriores. Disse ainda que sempre fez questão de afirmar que não sendo a melhor opção foi a possível. -----

----Ouvem-se muitas queixas dos construtores do concelho de Rio Maior, que

lamentam a existência de burocracia e morosidade na aprovação das licenças de obras. È curioso como é que o Senhor Nuno Ferreira Lucas, sendo empreiteiro, vem fazer referência ao facto deste assunto ter sido tratado rapidamente, quando deveria ter ficado satisfeito. -----

-----A epígrafe do artigo 7º do Decreto-Lei nº 555/99 de 2001, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001 de 4 de Junho, refere que as operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública estão isentas de licença ou autorização, nomeadamente as promovidas pelas autarquias locais. -----

-----Informou que a Câmara Municipal tomou conhecimento do projecto e irá emitir um parecer não vinculativo. Que em conversa com o Senhor Arquitecto Matias da Câmara Municipal sobre o assunto mostrou-lhe o projecto, que era provisório, pelo facto da Segurança Social colocar exigências extremas na realização da obra.-----

-----O facto do contrato referir que é da responsabilidade da Junta de Freguesia a obtenção de licenças camarárias para a realização das obras, faz sentido para que não haja qualquer modificação no edifício que não tenha a aprovação do órgão executivo.-

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Referiu que o executivo teve o engenho e a arte de acelerar todo este processo, mas na sua opinião não está tudo salvaguardado tecnicamente. Hoje ficou muito espantado quando passou pela obra, se dirigiu ao responsável pela mesma e verificou que o português dele era muito fraquinho e quando questionado, respondeu-lhe que fazia o que lhe mandavam. -----

-----Constatou que estão a ser efectuadas algumas alterações no edifício, pelo menos na traseira. -----

-----**SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----A Senhora Presidente referiu que o edifício estava a cair e ele habilita-se a dizer que não vale a pena pintar de tão grande a derrocada. Também disse que as autarquias não precisam de projectos de obra nem de licenciamentos e ainda há pouco tempo se viu que o parque subterrâneo da Câmara Municipal não foi aberto porque não

cumpria as normas de segurança, que exigem projectos de obra, projectos de segurança e autorizações. Aqui estamos a falar da mesma coisa, não se compreende como é que numa obra se faz o contrato hoje, começa-se amanhã e apresenta-se o projecto depois.-----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Respondeu ao Senhor Nuno Ferreira Lucas, que o projecto estava feito, não tinha sido apresentado há mais tempo à Câmara Municipal, porque foram constantemente incluídas alterações propostas pela Segurança Social, como já tinha referido. A Câmara tem duas intervenções, que ó emitir o parecer e a vistoria que é composta por quatro entidades em conjunto: A Câmara, os Bombeiros, a Segurança Social e o Delegado de Saúde. -----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----A Assembleia de Freguesia nos termos artigo 17º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, concordou por maioria, com 7 votos a favor, dois votos contra dos Senhores Vítor João Aguiar Fernandes Correia e João Narciso Verde da Costa e duas abstenções dos Senhores Nuno Ferreira Lucas e Paulo Alexandre Ribeiro Cardoso com o contrato de arrendamento celebrado. -----

-----Fizeram declaração de voto os senhores:-----

-----**VÍTOR JOÃO AGUIRA FERNANDES CORREIA**-----

-----Disse que não tinha votado favoravelmente porque tinha dúvidas quanto à classificação patrimonial do edifício e porque não concordou com a alínea c) que vem expressa no contrato e ainda porque as decisões que foram tomadas por unanimidade quer pelo anterior órgão executivo, quer deliberativo não foram tomadas em consideração. Não está em causa a bondade da acção que este executivo tomou, com a qual concorda.-----

-----**NUNO FERREIRA LUCAS**-----

-----Absteve-se porque concorda com a utilização do edifício, mas não pode

concordar com a maneira como todo o processo foi conduzido perante a Assembleia de Freguesia, pois no fim dos factos consumados é que pediram a opinião da Assembleia de Freguesia -----

-----**JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Votou contra porque não concorda com a alínea c) do contrato de arrendamento.

-----**PAULO ALEXANDRE RIBEIRO CARDOSO**-----

-----Absteve-se porque não acompanhou todo o processo. -----

-----**PONTO NÚMERO TRÊS**-----

-----PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR, NA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO MAIOR.--

-----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, perguntou se sobre aquela questão alguém queria usar da palavra. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**-----

-----Referiu que leu o documento e ficou com algumas dúvidas, que gostaria que lhe fossem esclarecidas pelo executivo, nomeadamente:-----

-----O ponto número três, fornecer a areia destinada às caixas de areia dos equipamentos de recreio .-----

-----O ponto número oito, substituição das areias nas caixas de areia dos equipamentos de recreio-----

-----O ponto número nove, manutenção e conservação dos equipamentos de recreio, desde que não implique a substituição dos mesmos. -----

-----Ficou com bastantes dúvidas na última sessão da Assembleia sobre a situação dos parques infantis. Passou a ler o ofício que o executivo enviou à Câmara Municipal, tal como tinha ficado acordado entre todos os elementos da Assembleia.-----

-----Assunto: ESPAÇOS DE JOGOS E RECREIO DA FREGUESIA DE RIO MAIOR-----

-----Após ter recebido os relatórios das inspecções efectuadas aos Espaços de Jogos e Recreio no âmbito do Decreto-Lei nº 379/97 de 27 de Dezembro, algumas dúvidas

surgiram, tanto na Junta de Freguesia como na Assembleia de Freguesia e sobre os quais solicito os devidos esclarecimentos:-----

-----1 – Dado que os referidos espaços de jogos e recreio não são propriedade da Junta de Freguesia de Rio Maior, nem nos foi delegada competência para a manutenção dos mesmos, e dado que nas fichas de inspeção de espaços de jogos e recreio surge a Junta de Freguesia de Rio Maior como entidade responsável dos mesmos, solicitamos que esta situação nos seja esclarecida.-----

-----2 – Nos ofícios que nos foram enviados por essa Câmara Municipal informam-nos que os espaços deverão ser de imediato encerrados até as devidas anomalias estarem solucionadas e que após a solução destas, deverá esta Junta de freguesia solicitar uma nova inspeção. Se estes espaços não são propriedade, nem são da responsabilidade desta Junta de Freguesia, como é que poderá ser esta a solicitar essa vistoria.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse que quando leu o protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Rio Maior, viu que havia na parte das despesas correntes uma verba para a manutenção dos parques infantis. Perguntou a quem competia a responsabilidade dos parques infantis. -----Em relação à leitura total do documento, constatou que as transferências diminuíram consideravelmente. Também quis mostrar na sessão da Assembleia de Freguesia o seu desagrado porque já passaram seis meses do ano de dois mil e sete, o protocolo irá funcionar para o segundo semestre deste ano e toda a situação até à presente data ficou ao abandono o que é de lamentar. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Ouvii com toda a atenção a leitura do ofício enviado à Câmara Municipal e pensa que faz todo o sentido. -----

-----Da interpretação que fez do protocolo, concluiu que passando para a posse da Freguesia a manutenção e conservação dos equipamentos de recreio, a Freguesia tem toda a autonomia para pedir a vistoria e encerrar os espaços que oferecem perigo, passando o ónus da responsabilidade para a Câmara Municipal. -----

-----Perguntou se com as transferências de capital previstas no protocolo a Câmara Municipal, mantém o Gabinete Técnico de Apoio às Freguesias, que em tempos chamou de GAF.-----

-----Referiu que pela primeira vez tiveram acesso a um documento que especifica ao milímetro a intervenção a efectuar, quer no que diz respeito à construção/requalificação de bermas e caminhos, quer na execução de valetas em cimento, não sabe se por razões técnicas ou se a legislação obriga. Assim o executivo está mais obrigado a implementar o que lhe foi delegado. -----

-----Citou o que ouviu na Assembleia Municipal, que na generalidade todos os Presidentes de Junta se lamentaram do pouco que lhes foi atribuído, e em relação à Freguesia de Rio Maior foi referido pelo Vereador Dr. Carlos Nazaré, que não foi prejudicada porque tinha um volume de obras na cidade e em toda a sua envolvente da responsabilidade do Município.-----

-----Disse ainda que é um protocolo muito reduzido, que merece o voto favorável e espera que o executivo tenha o engenho e a arte para rentabilizar a modesta quantia que vai receber. Dado que o período até ao fim do ano já é bastante curto, entretanto vêm as férias dos funcionários, perguntou se o executivo tem ideia de onde vai fazer as valetas e da quantidade que é possível fazer com as verbas referidas. -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Disse que o principal problema existente na Freguesia de Rio Maior, é a clarificação das competências entre a Junta de Freguesias e a Câmara Municipal. Se para alguns esta clarificação não convém, para a Junta de Freguesias e Assembleia de Freguesias é de extrema importância. -----

-----Quando os utentes solicitam que alguma coisa seja efectuada ou reparada e ela responde que essa competência não é da Junta de Freguesias, mas sim da Câmara Municipal, mas que se disponibiliza para os acompanhar, as pessoas não compreendem. Quem os recebe na Câmara Municipal também não tem conhecimento da clarificação das competências, então mandam todas as pessoas para a Junta de

Freguesia, independentemente do problema ser da responsabilidade de uma ou outra entidade, ou porque foi da responsabilidade da Freguesia e deixou de o ser, porque o protocolo muda todos os anos.-----

-----Disse que gostava de fazer um desafio, que falassem com os autarcas dos municípios vizinhos. Informou que possui o protocolo da Câmara Municipal de Santarém, que inclusivamente já mostrou ao Vereador Dr. Carlos Nazaré, onde vem tudo pormenorizado, o que cada uma das Junta de Freguesia tem de fazer a nível de delegação de competências, as transferências financeiras por freguesia, por exemplo a Freguesia de Alcanede vai receber a importância de 154.077,00 €. -----

-----Ouviu o senhor Presidente da Câmara Municipal na abertura da semana da solidariedade, falar sobre a descentralização na área da acção social, da saúde e da educação, que quanto mais próximo está do alvo da intervenção menos custos tem, ou seja se o assunto for tratado a nível local tem menos custos. Trata-se de dinheiro público. O mesmo se passa em relação à Freguesia, o mesmo serviço feito pelas freguesias, pelo facto da proximidade, pelo facto da hierarquia ser menor, ou mesmo não existir, faz com que os custos sejam muito mais reduzidos.-----

-----Em relação ao GAF não tem razão de queixa, o Arquitecto Martins apoiou-a quando precisou. O Engenheiro Ricardo é quem dá mais apoio técnico às Freguesias e se não a atende no momento é porque não pode e atende mais tarde. O funcionário José Fernando é quem está ligado à protecção civil e fala com ele com alguma facilidade. Pode dizer que é pelo esforço do Vereador Dr. Carlos Nazaré que as Freguesias têm protocolo de delegação de competências. Se o GAF é para manter ou não, o tempo o dirá . -----

-----Respondeu ao Senhor Presidente da Assembleia, que não obteve qualquer resposta em relação ao ofício enviado à Câmara Municipal sobre os espaços de jogos e de recreio. O Senhor Dr. Manuel Nunes informou-a verbalmente que o nome da Freguesia como entidade responsável pelos parques infantis é apenas por uma questão burocrática e não havendo responsabilidade nessa matéria. -----

-----O protocolo clarifica a manutenção e conservação dos equipamentos de recreio, desde que não implique a sua substituição. Sabemos que a maioria dos parques estão encerrados e têm de ser substituídos -----

-----Em relação ao planeamento das despesas de capital, há que fazer o levantamento das necessidades, como refere o protocolo, o qual é efectuado com a colaboração de um técnico da Câmara Municipal. Sabendo de antemão que cada metro de valeta tem um custo de doze euros, que se prevê a construção de mil metros, se se fizerem a margem esquerda e a direita de uma estrada, constroem-se quinhentos metros de cada lado.-----

-----Disse que tinha colocado a questão ao Senhor Vereador, sobre o facto da Freguesia de Rio Maior possuir mão de obra e máquinas, para os afectar a estas duas rubricas não se poderá apresentar factura, pois a despesa é proveniente dos vencimentos, da Segurança Social, do gasóleo, da aquisição dos materiais etc. Para as outras que não tem trabalhadores nem máquinas é mais fácil, porque fazem um contrato de empreitada referente a determinados metros de valeta, apresentam a factura à Câmara Municipal, para se proceder à respectiva transferência. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, disse que tinha havido um abandono durante seis meses, mas só por parte da Câmara Municipal, porque os trabalhadores da Junta de Freguesia de Rio Maior, estiveram sempre ao serviço. Disse que numa reunião com o Senhor Vereador Dr. Carlos Nazaré, tinha dito que mais importante que fazer valetas era limpá-las. O tractor a trabalhar na rua consome mais ou menos setenta litros dois em dois dias. Ele reconheceu a necessidade de se efectuar limpeza e fez um acordo coma a Freguesia de Rio Maior, no sentido de se poder abastecer o tractor de gasóleo por conta da Câmara Municipal, durante cinco meses. --

----A Freguesia de Rio Maior tem os homens, tem as máquinas e a consciência do que é preciso fazer -----

-----**VOTAÇÃO**-----

----A Assembleia de Freguesia nos termos da alínea J) do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovou por maioria com uma abstenção do Senhor Paulo Alexandre Ribeiro Cardoso, ratificar a aceitação da prática dos actos da competência da Câmara Municipal delegados na Junta de Freguesia de Rio Maior, constantes na minuta do protocolo proposto pela Câmara Municipal.-----

----**PONTO NÚMERO QUATRO**-----

----1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2007.-----

----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou à Funcionária Drª **HELENA RICARDO** que explicasse a revisão ao orçamento.-----

----REVISÃO AO ORÇAMENTO-----

----Compete à Assembleia de Freguesia sob proposta da Junta de Freguesia aprovar as revisões ao orçamento e às opções do plano-----

----**Na receita são objecto de revisões:** -----

----a) Inserção no orçamento do saldo da gerência anterior;-----

----b) O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas prevista no orçamento; -----

----c) Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar e não estejam previstas, dando origem a novas rubricas no orçamento. -----

----Foram inscritas no orçamento as seguintes novas rubricas:-----

----01020201 IMI sobre prédios rústicos; -----

----07010801 Venda de livros ;-----

----070199 Venda de bens – Outros; -----

----07020102 Aluguer de equipamento – Outros ; -----

----07030201 Renda da Escola do Alto Pina ;-----

----10050101 Transferências de capital da Câmara Municipal – Protocolo ;-----

----160101 Saldo da gerência anterior . -----

-----A rubrica 06050102 Transferências correntes da Câmara Municipal – Protocolo, tinha uma previsão inicial de 55.000,00 €, foi objecto de uma diminuição de 48.000,00 € e ficou com uma dotação de 7.000,00 €. -----

-----Assim, o total da revisão da receita importou em 14.816,31 € .-----

-----**Para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas,** o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações. Salvo algumas excepções o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a uma revisão.-----

-----Foi inscrita no orçamento a rubrica 02011603 Outras – Livros para a feira do livro, que não estava prevista e reforçadas as seguintes rubricas:-----

-----02012104 Bens não duradouros – Outros; -----

-----020210 Transportes ; -----

-----020217 Publicidade ; -----

-----020219 Assistência técnica ;-----

-----020225 Outros serviços ;-----

-----07010401 Viadutos, arruamentos e obras complementares.-----

-----O total da revisão da despesa importou em 14.816,31 € -----

-----REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS-----

-----As revisões ao plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e ou anular projectos nele considerados. -----

-----Tendo em conta que o protocolo de delegação de competências, transfere para a Junta de Freguesia de Rio Maior um montante em despesas de capital, para a construção/requalificação de bermas e caminhos e para a execução de valetas em cimento, foi aberta a rubrica 0701040, no valor de 11.210,00 € para a realização dos trabalhos Esta previsão destina-se à realização das obras por empreitada. -----

-----Como a Freguesia de Rio Maior, tem mão de obra e equipamento, parte da obras mencionadas no protocolo de delegação de competências poderão ser realizadas por administração directa. Para a realização de obras por administração directa, não se vai imputar a despesa a uma rubrica da despesa de capital, mas sim às rubricas de despesa

corrente, são exemplo as despesas com pessoal, gasóleo, aquisição de bens etc. cujo valor já está previsto no orçamento inicial. -----

-----Assim, o valor das transferências de capital da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia corresponde a 26.357,00 €, o plano plurianual de investimentos para a realização das obras por empreitada tem uma previsão de 11.210,00 € e o restante poderá ser realizado por administração directa. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, perguntou se sobre aquela questão alguém queria usar da palavra. -----

-----**SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA**-----

-----Verificou que a explicação sobre a revisão ao orçamento e ao plano plurianual de investimentos por parte da funcionária foi muito clarificadora. -----

-----Como a Senhora Presidente explicou, o equipamento da Junta de Freguesia futuramente vai abastecer-se de gasóleo por conta da Câmara Municipal, perguntou se a Junta de Freguesia irá realizar mais obra com menos custos -----

-----**SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA**-----

-----Explicou que no âmbito do protocolo de delegação de competências não está contemplado a limpeza de ruas bermas e valetas e o gasóleo cedido pela Câmara Municipal, destinar-se-á ao equipamento que efectuar a limpeza das vias publicas com o tractor e com o corta silvas, no património que é dela. -----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----A Assembleia de Freguesia nos termos da alínea A) do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovou por unanimidade a Revisão ao orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2007-----

-----**APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

-----A Senhora Secretária da Assembleia de Freguesia, procedeu à leitura das deliberações anteriormente tomadas, para serem aprovadas em minuta. -----

-----Deliberado por unanimidade aprovar em minuta, para efeitos imediatos as deliberações tomadas pela Assembleia de Freguesia.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----Quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente minuta, que para efeitos imediatos foi aprovada por unanimidade.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

AS SECRETÁRIAS DA ASSEMBLEIA